

**JNT - FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY  
JOURNAL ISSN: 2526-4281 - QUALIS B1**



**DIFICULDADES DOS POVOS INDÍGENAS  
PARA O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR**

**DIFFICULTIES OF INDIGENOUS  
PEOPLES  
FOR ACCESS TO HIGHER EDUCATION**

**Leonardo Sampaio Baleeiro SANTANA**  
Centro de Ensino Médio Indígena Xerente Warã  
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)  
E-mail: leonardosbsantana@gmail.com

**Francisco Edviges ALBUQUERQUE**  
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)  
E-mail: fedviges@uol.com.br



## RESUMO

No Brasil, dada a tanta diversidade cultural, percebemos através dos meios de comunicação dificuldades variadas quanto à introdução de povos indígenas a escolarização, e, por conseguinte, ao ensino superior. Desde a chegada dos colonizadores portugueses às terras tupiniquins, os povos indígenas são marginalizados e relegados a um segundo plano, envolvendo, dentre outros aspectos, a educação oferecida pelos jesuítas com fins religiosos que foi concebida como o primeiro contato destes povos com a educação formal. Passados alguns séculos da colonização, os indígenas continuam sofrendo com uma exclusão generalizada no âmbito educacional, envolvendo tanto a educação básica quanto o ensino superior (SIMAS, 2010). Dentro desse contexto, o presente estudo busca analisar as principais dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas em relação ao ensino superior, envolvendo não apenas o acesso, mas também sua permanência nas instituições de ensino superior brasileiras. Nesse sentido, busca-se propor ações de otimização para combater tais dificuldades, associadas, sobretudo, aos índices de evasão e de desistência dos indígenas no ensino superior. Com base nos resultados alcançados perante o desenvolvimento do presente artigo científico, verificou-se que as ações afirmativas e políticas públicas voltadas para a inclusão dos indígenas no ensino superior dão mais ênfase para o acesso de tais indivíduos nas IES, porém sem contemplar possibilidades plenas de permanência, desconsiderando-se, entre outros, os aspectos socioeconômicos vivenciados pelos povos indígenas brasileiros.

**Palavras-chave:** Povos Indígenas. Inclusão Educacional. Acesso e Permanência no Ensino Superior. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

In Brazil, due to so many cultural diversity, we perceive through the media various difficulties as to the introduction of indigenous peoples to schooling, and therefore, to higher education. Since the arrival of Portuguese colonizers in the Brazilian lands, indigenous peoples have been marginalized and relegated to a secondary level, involving, among other aspects, the education offered by the Jesuits for religious purposes, which was conceived as the first contact of these peoples with formal education. A few centuries after colonization, indigenous people continue to suffer from a generalized exclusion in the

**Leonardo Sampaio Baleeiro SANTANA; Francisco Edvigas ALBUQUERQUE. Dificuldades dos Povos Indígenas para Acesso ao Ensino Superior. JNT- Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. 2021. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculadefacit.edu.br>. E-mail: [jnt@faculadefacit.edu.br](mailto:jnt@faculadefacit.edu.br). 2021. Dezembro. Dossiê Temático: Educação Indígena. Ed. 32. V. 1. Págs. 183-193.**

educational field, involving both basic education and higher education (SIMAS, 2010). Within this context, the present study seeks to analyze the main difficulties faced by indigenous peoples in relation to higher education, involving not only access, but also their permanence in Brazilian higher education institutions. In this sense, we seek to propose optimization actions to combat such difficulties, mainly associated with the dropout and dropout rates of indigenous people in higher education. Based on the results achieved in the development of this scientific article, it was found that affirmative actions and public policies aimed at the inclusion of indigenous people in higher education place more emphasis on the access of such individuals to HEIs, but without considering full possibilities of permanence, disregarding, among others, the socioeconomic aspects experienced by Brazilian indigenous peoples.

**Keywords:** Indigenous Peoples. Educational Inclusion. Access and Permanence in Higher Education. Public policy.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo busca a realização de uma análise envolvendo as principais dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas no âmbito do acesso ao ensino superior (SIMAS, 2010), verificando as condições de acesso e permanência de tais povos no âmbito das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (IES).

No âmbito da inclusão de diferentes indivíduos no âmbito do ensino superior, encontram-se os povos indígenas, os quais tiveram o seu relacionamento histórico com a educação pautado pelos trabalhos realizados pelos jesuítas na época de colonização do Brasil (CANDIDO, 1993). Tais aspectos históricos provocaram a marginalização destes indivíduos, contribuindo de modo significativo para a criação de condições de exclusão educacional dos mesmos, tanto no ensino superior quanto na própria educação básica.

Para promover o alcance desse objetivo e de uma conclusão verdadeiramente aplicável à problemática exposta, os objetivos específicos foram delimitados na seguinte disposição: apresentar os aspectos históricos que envolvem a marginalização e a exclusão educacional dos povos indígenas; verificar, com base em uma análise de revisão bibliográfica, quais são os principais aspectos relacionados às dificuldades de acesso e permanência dos povos indígenas no âmbito do ensino superior brasileiro (ESTÁCIO, 2015); correlacionar tais dificuldades, aprofundando conhecimentos acerca destas e

objetivando formular possibilidades de melhoria que visam contribuir com os povos indígenas à formação superior.

A justificativa para o desenvolvimento do presente estudo abrange a necessidade de refletir sobre o papel desempenhado pelo Poder Público no âmbito das ações afirmativas traduzidas a partir de políticas públicas que almejam o alcance do ensino superior por parte dos indivíduos indígenas (SIMAS, 2010), dado que, embora o acesso ao ensino superior tenha sido amplamente melhorado para esses indivíduos ao longo da história, não são oferecidas na atualidade condições de permanência nas IES brasileiras para os mesmos, o que se verifica com os amplos índices de evasão no ensino superior e desistência dos acadêmicos indígenas na contemporaneidade.

O estudo em questão busca dar ênfase para o aprofundamento das principais dificuldades enfrentadas pelos indígenas nesse sentido, fomentando possibilidades para que a permanência destes sujeitos no ensino superior brasileiro possa ser verdadeiramente alcançada, propiciando a plena inclusão social e a melhoria de vida destes indivíduos.

## **DESENVOLVIMENTO**

Assumidamente, o principal objetivo da educação pública é o oferecimento direcionado aos alunos quanto às possibilidades reais de integração social coletiva, de modo a prepará-los objetivamente como integrantes do meio social do qual fazem parte. No mesmo sentido, a democratização do ensino é apresentada como uma ferramenta capaz de fomentar a viabilidade de cumprimento da educação pública diante do oferecimento de condições reais de acesso e permanência para todos os indivíduos no ensino superior (SIMAS, 2010).

Oliveira (2016) aponta que o acesso ao ensino superior por parte dos indígenas não é apenas um direito reconhecido, mas também uma necessidade dos povos e um desejo da sociedade civil, em um cenário no qual clama em possibilitar as condições para o exercício da cidadania e de uma educação de qualidade para os indígenas. De acordo com a autora, há todo um contexto histórico a ser concebido no tocante à efetivação do acesso aos povos indígenas no ensino superior.

Durante o período colonial (a partir de 1500), a educação esteve a cargo principalmente dos jesuítas desde a chegada destes nas terras tupiniquins até sua expulsão pelo Marquês de Pombal no ano de 1759, de modo que a educação do homem fora concedida pelos jesuítas, que passaram a introduzir o idioma português como a “língua mãe” da nova terra colonizada.

Essa educação fora muito contestada, sobretudo pelos índios, mas mesmo assim prosseguiu em um contexto educacional bem diferente dos dias de hoje, de modo que o primeiro colégio físico no Brasil foi criado no ano de 1564 na Bahia, de acordo com determinações advindas direto da Coroa Portuguesa (CANDIDO, 1993).

Essas concepções da imposição educacional e cultural dos europeus em detrimento dos indígenas provocou a marginalização e a depreciação da cultura própria desses povos. Os reflexos dessa marginalização provocam amplos parâmetros de desigualdade social em face de tais povos, os quais os acompanharam no âmbito educacional, profissional, pessoal e da sociedade em caráter geral.

De acordo com Simas (2010), no momento de chegada dos portugueses em terras tupiniquins os indígenas passaram a ser concebidos como seres brutos e ultrapassados, não tão somente por não fazer uso da escrita, mas pelo fato de que esses indivíduos detinham uma cultura muito específica, marcada por ritos e mitos. Ao se depararem com os indígenas, os colonizadores passaram a ter como objetivo de letrar os indígenas a partir do trabalho realizado pelos jesuítas.

Ainda de acordo com a autora supramencionada, o ensino jesuíta era pautado pela autoridade e pela tradição escolástica e literária e se restringia aos estudos da gramática, retórica e latim, sendo um ensino autoritário que fora imposto aos nativos, de modo disciplinado, sistemático, medido, dosado, abstrato, dogmático e conservador. O objetivo fundamental da educação idealizada com o trabalho missionário era a comunicação com os indígenas para doutrinação e propaganda religiosa. A autora ressalta que esse contexto histórico afetou de modo significativo o acesso dos indígenas à educação como um todo.

Para Quaresma e Ferreira (2013), o contato dos indígenas com os colonizadores europeu transformou a forma como tais povos conceberam a sua educação, de modo que na atualidade a educação formal e a educação informal são realizadas de modo paralelo e com uma importância quase igual dentro da maior parte das comunidades indígenas, sobretudo envolvendo aquelas que possuem mais contato com os 'não índios'. As autoras ressaltam que a educação escolar dos povos indígenas tem sido um tema amplamente explorado nos últimos anos, devido à diversidade pedagógica e cultural de tais povos.

Segundo Silva (2016, p. 103), especificamente no contexto do ensino superior, os indivíduos indígenas passam por uma série de dificuldades, sobretudo em relação ao acesso e permanência destes nessa fase educacional, de modo que a busca dos indígenas “pelo ensino superior no Brasil é anterior à política diferenciada implementada pelos

governos estaduais e federal, mas com as políticas de acesso ao ensino superior público, a presença indígena nas Instituições de Ensino Superior (IES) se amplia significativamente”.

Estácio (2015) destaca que a evasão e a desistência são duas das dificuldades primordiais enfrentadas pelos povos indígenas no ensino superior, descrevendo que:

A evasão é compreendida como a situação acadêmica dos indígenas que realizam suas matrículas, mas que não frequentam as aulas e acabam sendo reprovados por faltas, sendo essa evasão ocasionada sobretudo por motivos financeiros, dado que os indígenas têm despesas para ir até a faculdade, em contraste com o trabalho (sobretudo braçal e caracterizado por longas jornadas de trabalho) executado pelos indígenas. Já a desistência é a formalização a partir de processo administrativo, por parte dos indígenas, da renúncia à vaga conquistada nas instituições de ensino superior por estes. O principal motivo que leva os indígenas desistentes a não continuarem seus cursos se refere às questões de ordem financeira e pedagógica, dado que essas questões se limitam a propiciar o acesso dos povos indígenas ao ensino superior, mas não assegura a permanência destes (ESTÁCIO, 2015).

De acordo com Fernandes (2015), o ensino superior em toda a América Latina é considerado significativamente ‘atrasado’, de modo que as questões destinadas ao acesso e permanência da população indígena nas universidades só aconteceu a partir das duas últimas décadas do século XX. Para o autor, embora inúmeros avanços tenham sido realizados nesse sentido, sobretudo em relação às ações afirmativas que visam o acesso e a permanência dos indígenas ocorridas ao longo dos últimos anos.

As ações afirmativas são medidas legalmente tomadas em caráter temporário por parte do Estado com o objetivo de garantir o cumprimento ao princípio constitucional da igualdade, sanando ou amenizando desigualdades e injustiças históricas. A marginalização histórica dos indivíduos é a prerrogativa fundamental para que sejam contempladas as ações afirmativas enquanto políticas públicas fomentadas com o intuito de corrigir essa marginalização, sendo reconhecidas como políticas indispensáveis para que sejam reduzidas as desigualdades e discriminações que perpetuam no país, promovendo no mesmo sentido o combate à exclusão social de indivíduos assolados por acontecimentos históricos concebidos na atualidade como injustificáveis (ARNAIS; BERNADIN, 2013).

Ferri e Bagnato (2018) buscaram analisar as políticas públicas de ação afirmativa para indígenas no ensino superior, verificando que tais ações afirmativas são concebidas com uma base elitista que não assegura a real permanência dos indígenas no ensino superior, de modo a não propiciar a inclusão desses indivíduos nas IES.

Nesse sentido,

As populações indígenas (...) encontram-se hoje em um cenário de luta para obter garantias mínimas de sobrevivência, situação que revela a violação completa de seus direitos. Nesse aspecto, pode-se afirmar que a política de Ação Afirmativa deve ser mais ampla, sem restringir-se às minorias raciais no enfoque educacional: deve ser estendida à extinção das mazelas de ordem socioeconômica que afetam o País. Portanto, muito ainda há a fazer para que se conte com uma ação política emancipatória (FERRI; BAGNATO, 2018, p. 78).

De tal modo, mesmo que avanços significativos tenham sido realizados ao longo das últimas décadas, os povos indígenas não são devidamente abrangidos pelas políticas públicas, que se limitam a conferir o acesso a essa população por meio de cotas de acesso, sem se preocupar efetivamente com o contexto no qual tais indivíduos são concebidos.

Assim, a pesquisa realizada no presente estudo se constitui como uma pesquisa bibliográfica, conforme Lima e Miotto (2007), não é caracterizada apenas pela revisão de literatura, visto que implica em uma série de procedimentos de busca por soluções quanto a um determinado objeto de estudo. Naturalmente, a pesquisa bibliográfica envolve a busca e análise de informações contidas em estudos, obras literárias e demais documentos sobre o tema. A presente pesquisa, entretanto, parte da análise de tais informações, buscando não tão somente sua apresentação, mas também a devida compreensão de tais informações.

Nesse sentido:

Ao tratar da pesquisa bibliográfica, é importante destacar que ela é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos. Portanto, difere da revisão bibliográfica uma vez que vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente (LIMA; MIOTTO, 2007, p. 44).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, a qual segundo Triviños (1987) faz uso dos dados buscando o seu significado, partindo da percepção do fenômeno dentro do contexto proposto, buscando captar não tão somente a aparência do fenômeno, como também as suas essências, explicando aspectos como as origens, relações e mudanças de um determinado objeto de estudo.

O autor defende o uso das pesquisas qualitativas sob o enfoque bibliográfico, uma vez que a mesma se refere a uma análise indutiva das informações. De acordo com Cervo e Bervian (1978), a análise indutiva parte da observância de casos particulares para o alcance de uma conclusão geral, partindo dos dados para que se obtenha uma verdade.

Os povos indígenas são concebidos em um contexto histórico no qual o relacionamento dos mesmos com a educação foi significativamente prejudicado. Esse contexto, que tem início com a chegada dos portugueses no Brasil Colônia, tornou os indígenas marginalizados perante os processos de educação formal, o que acarreta em inúmeras dificuldades relacionadas ao acesso e permanência destes indivíduos, tanto na educação básica quanto no próprio ensino superior (FERNANDES, 2015).

Com base na pesquisa realizada para o desenvolvimento do presente estudo (Cervo e Bervian, 1978), verificou-se que os povos indígenas detêm possibilidades de acesso ao ensino superior brasileiro, todavia, os mesmos não são contemplados na medida de suas especificidades, o que contribui de modo significativo para os índices de evasão e desistência destes sujeitos nas IES brasileiras.

Na vida adulta, os indígenas já realizam atividades profissionais, as quais envolvem sobretudo, trabalhos braçais em longas jornadas, executadas dentro e fora das comunidades indígenas. Mesmo com as formas de vida dos povos indígenas, isto é, através da sua sabedoria, conhecimentos de natureza, as bolsas de ensino superior, eles possuem despesas relacionadas ao deslocamento para as instituições de ensino, alimentação e compra de livros e demais materiais de estudo (FERNANDES, 2015).

Os baixos salários recebidos pelos indígenas brasileiros de modo geral, nesse sentido, prejudicam de modo significativo a permanência destes povos no ensino superior brasileiro, visto que com base nos dados consultados, em grande parte dos casos, os indígenas acabam tendo que escolher pelas atividades profissionais ou pela permanência no ensino superior. E, dentro desse quadro, é mais provável que o indígena optará pelas atividades profissionais, dado que mesmo com baixos salários, são estas atividades que buscam o atendimento às necessidades básicas dos indivíduos e de suas famílias no sentido imediato.

Com base nos dados apresentados ao longo da fundamentação teórica, verificou-se que os indígenas são abarcados por um contexto de evasão no ensino superior (ARNAIS E BERNADIN, 2013) (envolvendo indivíduos matriculados no ensino superior, mas que não frequentam as aulas e acabam sofrendo reprovações) e de desistência do ensino superior (quando eles efetivamente ‘abandonam’ os estudos frente à instituição de ensino).

Esses aspectos revelam que há muita preocupação em assegurar o acesso dos povos indígenas ao ensino superior, mas poucos esforços realizados com o intuito de possibilitar a permanência e a formação acadêmica destes povos. Quando se fala no ‘alcance do ensino superior’ por parte dos povos indígenas, a análise não deve ser limitada tão somente às



possibilidades de acesso oferecidas por meio de ações afirmativas traduzidas pelas políticas públicas, mas também nas condições de permanência oferecidas a tais indígenas.

Nesse sentido, é indispensável que o Poder Público passe a repensar as questões específicas que envolvem a permanência dos indígenas no ensino superior, uma vez que de nada basta oferecer oportunidades de acesso para estes indivíduos se não forem criadas condições para que estes permaneçam nas instituições de ensino superior, pois, do modo através do qual estão articuladas as possibilidades de alcance do ensino superior brasileiro por parte dos indígenas na atualidade, estas são consideradas insuficientes, propiciando a evasão e a desistência dos indígenas frente ao desenvolvimento de seus estudos no âmbito superior.

Os estudos consultados revelaram que os aspectos financeiros são alguns dos principais elementos que impedem a permanência dos indígenas no ensino superior (SILVA, 2016), sobretudo com gastos relacionados ao transporte e à alimentação, além de dificuldades na compra de materiais. É indispensável que as ações afirmativas englobem esses aspectos.

Uma possibilidade de aperfeiçoamento de políticas públicas nesse sentido seria o oferecimento de programas que abranjam o transporte, alimentação e o oferecimento de materiais didáticos para os indígenas. Sabe-se, entretanto, que as instituições do ensino superior e o Estado como um todo atravessam um momento economicamente desfavorável acirrado pelo desenvolvimento da crise política e financeira observada no país atualmente. Isso impede que os recursos sejam distribuídos adequadamente visando à consolidação de ações afirmativas que contemplem as necessidades dos indivíduos indígenas. (Silva, 2016)

Sabe-se que a educação superior pode conduzir os povos indígenas para melhorias significativas na vida acadêmica, profissional e pessoal, oferecendo mais oportunidades de emprego com o ganho de salários maiores, contribuindo para a manutenção da vida dos indígenas e de seus familiares. As ações afirmativas que visam corrigir uma injustiça histórica infligida aos povos indígenas, nesse sentido, são consideradas insuficientes para que estes indivíduos possam de fato alcançar seus diplomas no ensino superior.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo de toda a história brasileira, os indígenas foram indivíduos social e terrivelmente marginalizados, tendo sido privados de seus costumes e de sua cultura como um todo diante da imposição dos colonizadores. No mesmo sentido, mesmo ao longo do

desenvolvimento brasileiro com o passar dos séculos e décadas, a verdadeira inclusão escolar dos indígenas não foi estabelecida de modo estratégico e efetivo. (Barth, 1969)

A exclusão escolar dos povos indígenas, de tal forma, desponta como um dos grandes desafios da educação brasileira na contemporaneidade, de modo que esse contexto afeta tanto o acesso e permanência dos indivíduos no âmbito da educação básica quanto no próprio ensino superior (OLIVEIRA, 2012).

Quando se fala no ‘alcance do ensino superior’ frente ao contexto propiciado pelo desenvolvimento do presente estudo, não se fala tão somente no oferecimento de vagas reservadas aos povos indígenas, mas também nas condições de permanência destes indivíduos no ensino superior (SILVA, 2016).

Todavia, no sentido prático, verifica-se que grandes esforços foram realizados no sentido de assegurar o acesso destes sujeitos no ensino superior, mas sem oferecer condições para que estes indivíduos possam permanecer nas IES brasileiras e, por conseguinte, alcançarem sua formação superior.

É indispensável, nesse sentido, promover uma reflexão com o intuito de repensar o alcance dos povos indígenas no ensino superior, versando sobre as ações a serem adotadas com o intuito de assegurar o acesso e a permanência de tais indivíduos nas IES, considerando, sobretudo as suas especificidades e necessidades em sentido amplo.

Com base nos dados consultados e analisados no presente estudo, verificou-se que os povos indígenas no ensino superior encontram na evasão e na desistência os principais inimigos para o alcance de sua formação, todavia, tais aspectos não são referentes a um desinteresse dos indígenas em relação ao processo de ensino-aprendizagem, mas sim referentes às dificuldades de tais povos, envolvendo problemas de ordens financeiras, relacionadas ao deslocamento das comunidades indígenas para as instituições de ensino e outras dificuldades relacionadas às atividades profissionais desempenhadas por estes indivíduos.

Nesse sentido, as principais dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas no tocante ao alcance do ensino superior, são da seguinte natureza:

- ❖ Tais indivíduos, em caráter geral, trabalham com o recebimento de salários baixos, o que cria dificuldades de transporte para as instituições de ensino, além de dificuldades para arcar com os custos de alimentação e da aquisição de materiais de estudo;
- ❖ As jornadas de trabalho às quais são submetidos os povos indígenas (dentro e fora de suas comunidades) são extensas, de modo que os indivíduos por

muitas vezes devem optar pelo ensino superior (que pode não oferecer resultados em curto prazo no sentido financeiro) e pelo seu exercício profissional (que oferece as condições para a manutenção das necessidades básicas dos indígenas e de seus familiares);

- ❖ As políticas públicas e as ações afirmativas dão mais enfoque para o acesso ao ensino superior, por meio do caráter assistencialista (como as cotas voltadas para os povos indígenas), sem considerar todo o contexto e dimensões nas quais esses indivíduos são contemplados, o que dificulta sua permanência no âmbito da IES;

Nesse sentido, é indispensável repensar todo o contexto que envolve a participação dos indígenas no ensino superior, de modo estratégico, visando o pleno atendimento às necessidades destes povos com o intuito de assegurar sua permanência nas IES brasileiras. (ESTÁCIO, 2015).

Conclui-se, de tal modo, que os indígenas enfrentam inúmeras dificuldades para o alcance do ensino superior, de modo que ainda que avanços importantes tenham sido realizados nesse sentido, as ações afirmativas e políticas públicas como um todo são consideradas insuficientes para que tais indivíduos possam ser efetivamente contemplados no âmbito do ensino superior.

## REFERÊNCIAS

- ARNAIS, M. A. O; BERNARDIN, D. **Acessibilidade e pesquisa acadêmica: Desafios do aluno com deficiência visual no Ensino Superior**. Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPCD/Diversitas/USP Legal – São Paulo, junho/2013
- BARTH, F. Grupos étnicos e fronteiras. A organização social da diferença cultural . Boston, Little, Brown and Company, 1969.
- CANDIDO, A. **Letras e ideias no Brasil Colonial**. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. História geral da civilização brasileira. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. v.2, t. 1.
- CERVO, A.L; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.
- ESTÁCIO, M. A. **A Presença Indígena no Ensino Superior: A Experiência da Universidade do Estado do Amazonas**. XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 27-31 jul. 2015.
- FERNANDES, M. J. P. **Educação superior indígena no Brasil: releituras e perspectivas**. Revista Lusófona de Educação, 31, 85-98, 2015.

FERRI, E.K; BAGNATO, M. H. S. **Políticas públicas de Ação Afirmativa para indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: a visão dos implementadores.** Revista proposições, v. 29, n. 1 (86) - jan. /abr. 2018.

LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

OLIVEIRA, L. A. A (org.). **A Questão Indígena na Educação Superior.** Cadernos do GEA – n. 10 (jul. /dez. 2016). – Rio de Janeiro: FLACSO, GEA, UERJ, LPP, 2012.

QUARESMA, F. J. P; FERREIRA, M. N. O. **Os Povos Indígenas e a Educação.** Revista Práticas de Linguagem. v. 3, n. 2, jul./dez. 2013.

SILVA, L. G. **Povos Indígenas no contexto do ensino superior: os desafios do acesso e da permanência na UFPR.** CAMPOS V.17 N.2 jul. dez. 2016.

SIMAS, C. P. S. **Desafios da Educação Escolar Indígena.** Revista Escrita, Ano 2010. Número 11. ISSN 1679-6888.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.